

Doação de sangue: a cobertura do jornalismo local e sua contribuição para a formação da opinião pública

Blood donation: local news coverage and its role in the formation of public opinion

Donación de sangre: la cobertura del periodismo local y su contribución para la formación de la opinión pública

Ana Eliza Ferreira Alvim da Silva | anaeliza.alvim@gmail.com

Universidade Federal de Juiz de Fora, Programa de Pós-Graduação Social em Comunicação Social. Juiz de Fora, MG, Brasil.

José Roberto Pereira | jrobertopereira2013@gmail.com

Universidade Federal de Lavras, Programa de Pós-Graduação em Administração. Lavras, MG, Brasil.

Boanerges Balbino Lopes Filho | bblopes@globo.com

Universidade Federal de Juiz de Fora, Programa de Pós-Graduação Social em Comunicação Social. Juiz de Fora, MG, Brasil.

Resumo

Este artigo procura analisar a forma como a doação de sangue, enquanto causa de saúde pública, foi noticiada por um jornal impresso da cidade de Juiz de Fora (MG) ao longo do tempo. A caracterização das notícias permite avaliar a maneira pela qual a imprensa local contribuiu para a formação da opinião pública acerca do tema. Para analisar as publicações de três períodos históricos foi utilizada como estratégia de pesquisa a *Grounded Theory*. Entrevistas com profissionais de imprensa da cidade complementaram as reflexões. As constatações revelam que os textos possuem uma estrutura com recorrência de informações, sem diversificação de argumentos e de dados que possam enriquecer o debate na esfera pública e a reflexão dos cidadãos. Entre outras conclusões, observa-se o apoio irrestrito dos jornalistas à doação de sangue como pauta da imprensa, embora apresentem a percepção espontânea de que há necessidade de diversificação das abordagens.

Palavras-chave: Participação social; Doação de sangue; Saúde Pública; Imprensa; Opinião pública; Grounded Theory; Juiz de Fora.

Abstract

The objective of this article is to analyze how blood donation was reported over time by a printed newspaper published in Juiz de Fora, a city of the state of Minas Gerais, Brazil. The characterization of the news allows us to evaluate the contribution of local press to the formation of the public opinion on the subject. In order to examine these newspapers published during three historical periods, we have used Ground Theory as a research strategy. The reflections are supplemented by interviews with press professionals from the city. The findings reveal that the texts have a structure with recurrent information without diversification of arguments and data that might improve the public debate and reflection by citizens. In addition to other conclusions, the conversation with the journalists shows that the press has an agenda of unconditional support for blood donation, although they have the spontaneous notion that there is a need for diversification of approaches.

Keywords: Social participation; Blood donors; Public Health; Press; Public opinion; Grounded Theory; Juiz de Fora.

Resumen

Este artículo buscó analizar cómo la donación de sangre, en cuanto causa de salud pública, ha sido comunicada por un periódico impreso de la ciudad de Juiz de Fora (MG) a lo largo del tiempo. La caracterización de las noticias permite evaluar la manera por la cual la prensa local contribuye para la formación de la opinión pública sobre el tema. Para analizar las publicaciones de tres periodos históricos se utilizó como estrategia de investigación la *Grounded Theory* (GT). Entrevistas con profesionales de prensa de la ciudad complementaron las reflexiones. Las constataciones revelan que los textos tienen una estructura con recurrencia de informaciones, sin diversificación de argumentos y datos que puedan enriquecer el debate en la esfera pública y la reflexión de los ciudadanos. Entre otras conclusiones, la conversa con los periodistas demuestra apoyo irrestricto a la donación de sangre como pauta de la prensa, aunque presenten la percepción espontánea de que hay la necesidad de diversificación de los abordajes.

Palabras clave: Participación social; Donantes de sangre; Salud Pública; Prensa; Opinión pública; Grounded Theory; Juiz de Fora.

INFORMAÇÕES DO ARTIGO

Contribuição dos autores: A parte empírica da pesquisa foi realizada pela autora Ana Eliza Ferreira Alvim da Silva, com orientação de Boanerges Balbino Lopes Filho. As reflexões teóricas foram estruturadas em conjunto pelos autores, com especial contribuição de José Roberto Pereira nos escritos sobre Jürgen Habermas.

Declaração de conflito de interesses: Os autores declaram que não há quaisquer conflitos de interesse.

Considerações éticas: O artigo foi produzido a partir de resultados extraídos de parte da dissertação de mestrado da autora Ana Eliza Ferreira Alvim da Silva. A pesquisa envolveu seres humanos e foi devidamente aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Fundação Hemominas. Os entrevistados foram identificados por pseudônimos e assinaram Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, assim como receberam Termo de Sigilo e Confidencialidade.

Apresentação anterior: SILVA AEFA. A representação da doação de sangue em Juiz de Fora: Interfaces entre assessoria de imprensa, jornalismo local e cidadãos. [dissertação de mestrado]: Juiz de Fora: UFJF, Faculdade de Comunicação, 2013. 440 p. Programa de Pós Graduação em Comunicação: Mestrado em Comunicação, área de concentração Comunicação e Sociedade; 2013.

Histórico do artigo: Submetido: 6.ago.2015 aceito: 26.ago.2015 publicado: 20.dez.2015.

Licença: CC BY-NC atribuição não comercial. Com essa licença é permitido acessar, baixar (download), copiar, imprimir, compartilhar, reutilizar e distribuir os artigos, desde que para uso não comercial e com a citação da fonte, conferindo os devidos créditos de autoria e menção à Reciiis. Nesses casos, nenhuma permissão é necessária por parte dos autores ou dos editores.

Introdução

Atualmente, no Brasil, os hemocentros públicos, sob orientação do Ministério da Saúde, são responsáveis pelos processos hemoterápicos, incluídas aí as ações para sensibilizar a população para a importância da doação de sangue. Em grande parte das vezes, o tema é lançado na esfera pública com a mediação dos veículos de comunicação de massa, buscando-se a formação de um entendimento sobre a relevância da causa para a saúde pública e a mobilização dos sujeitos em torno dela.

O objetivo deste artigo é analisar como um jornal impresso da cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais, atuou na formação da opinião pública local sobre essa questão num intervalo de 20 anos, ou seja, de que forma apresentou o tema à população e deixou disponíveis as informações necessárias à compreensão e ao debate do assunto. As análises buscaram responder, portanto, à seguinte questão: como as matérias jornalísticas foram organizadas, para que influenciassem uma decisão política (apoio à causa e mobilização) na cidade de Juiz de Fora?

Adotou-se como estratégia de pesquisa, inicialmente, a *Grounded Theory* (GT). Partiu-se para análise de textos publicados por um órgão de imprensa da cidade – a *Tribuna de Minas*ⁱ – sem hipóteses pré-definidas ou concepções teóricas já estabelecidas. Como propõe a GT, o desafio era ler e reler inúmeras vezes as notícias sobre doação de sangue (que tiveram como fonte o hemocentro público local) e deixar que emergissem dos próprios textos categorias teóricas que pudessem responder à pergunta clássica inicial da GT: o que está acontecendo aqui? Ao final, as categorizações surgem e se entrelaçam para a formação das conclusões.

A exploração da produção do jornalismo local ocorreu com a seleção de textos de diferentes períodos históricos. Considerando-se que a unidade da Fundação Hemominas na cidade, instituição que é parte da hemorrede pública nacional, foi fundada em 1987, optou-se por conjuntos de textos que contemplassem o período inicial de funcionamento (1991), um intermediário (2001) e outro mais recente (2011). Dessa forma, tornou-se possível apreender possíveis mudanças na cobertura jornalística no período de mais de 20 anos. Como complementação dos primeiros resultados, a pesquisa estendeu-se a uma segunda-fase, na qual foram realizadas entrevistas qualitativas, semiestruturadas e individuais com oito profissionais da imprensa da cidade, para que se pudesse compreender melhor a lógica existente no momento de produção das notícias sobre tema. Cabe registrar que os procedimentos e resultados que compõem este trabalho integram uma pesquisa mais ampla, consolidada em dissertação de mestrado¹, que envolveu ainda análise do material produzido pela assessoria de imprensa da Hemominas, assim como a percepção de doadores e não-doadores sobre as matérias publicadas. No entanto, pela complexidade e extensão do estudo, tais fases não estão contempladas no presente texto.

Na estruturação deste artigo, antes da abordagem dos resultados empíricos, faz-se uma apresentação que contextualiza historicamente o compromisso do Estado com a hemoterapia, situando-o como fonte para o debate público sobre do tema “doação de sangue”. Na sequência, as reflexões de Jürgen Habermas³⁻⁶ sobre o debate de temas na esfera pública e o papel da mídia no processo de formação da opinião pública dão suporte ao trabalho e articulam-se com as colocações de autores como Henriques⁷⁻⁹, Mafra¹⁰, Toro e Werneck¹¹, que tratam dos projetos mobilizadores, suas formas de inserção no espaço público e seu potencial de transformação da realidade.

Hansen¹², Souza¹³, Reis¹⁴ e Araújo e Cardoso¹⁵⁻¹⁶ contribuem com suas observações sobre as características que deve ter a comunicação voltada para a saúde pública, também com potencial de mobilização e participação social dos sujeitos.

i A Tribuna de Minas foi escolhida para compor a amostragem por ser um jornal impresso local de circulação constante durante o tempo de atuação da unidade da Fundação Hemominas no município. Por muitos anos, não teve outro diário impresso como concorrente na cidade. Lançada em 31 de agosto de 1981, a venda de exemplares à época da conclusão da pesquisa chegava a 20 mil aos domingos e a 15 mil durante a semana². O principal concorrente, e único durante grande parte do tempo – Diário Regional – foi lançado em 1994 e possui hoje tiragem de sete mil exemplares.

O papel do Estado na hemoterapia: contexto histórico

Até a década de 1980, predominou no Brasil, segundo relata Pimentel¹⁷, o modelo de hemoterapia americano, com bancos de sangue privados e a doação de sangue sendo feita por pessoas marginalizadas, que a praticavam em troca de remuneração. Segundo o mesmo autor, a falta de doadores em número suficiente levou ao modelo da remuneração, que, por sua vez, contribuiu para a baixa segurança dos processos. O compromisso dos doadores não era com a saúde dos pacientes, mas com os benefícios que obteriam a partir da doação. Esse ponto demonstra a participação instrumental e utilitarista dos indivíduos na doação de sangue.

Nessa época, o sistema hemoterápico no país carecia de reorganização, o que ocorreu, como expõem Junqueira, Rosenblit e Homerschalak¹⁸, pela pressão de fatores externos e mobilização de setores da sociedade civil: “Nos anos 80, no Brasil, cerca de 20% dos casos de Aids eram transmitidos por transfusão e mais de 50% dos hemofílicos apresentavam-se infectados pelo vírus HIV”¹⁸. Os movimentos sociais, partidos políticos, organizações governamentais e não-governamentais, de acordo com Pimentel¹⁷, se envolveram com a questão, colocando-a na pauta pública de discussões. O conhecimento público de que a área de sangue operava sem fiscalização e sem padrões éticos e profissionais levou o tema à politização.

Após o drama das contaminações por hepatites virais e pelo HIV na década de 1980, em grande parte reflexo desse descontrole das atividades de hemoterapia, o governo assumiu o investimento na formação de uma rede pública de hemocentros, sob rigorosa legislação federal, que seria responsável por captar, colher, processar e distribuir bolsas de sangue, eliminando do país a prática da doação remunerada. Deu-se a centralização da hemoterapia, com a criação dos hemocentros públicos, concebidos como unidades governamentais destinadas a garantir a qualidade dos serviços na área. A introdução da Política Nacional do Sangue, na década de 1980, proibiu a doação remunerada e a comercialização do sangue, o que foi corroborado na Constituição de 1988. O processo de discussão gerou, portanto, leis e políticas públicas.

Ao assumir a responsabilidade pela hemoterapia, o Estado, por meio dos hemocentros públicos, assumiu também o desafio de mobilizar os cidadãos em prol da doação voluntária de sangue, estimulando o sentimento de solidariedade que deve levar o sujeito saudável a praticar um gesto para benefício dos doentes e, conseqüentemente, para benefício do sistema de saúde ofertado à sociedade toda. Era necessário gerar nos cidadãos a corresponsabilidade para com o tema. Mais de 30 anos depois, o engajamento da população com essa causa de saúde pública ainda não traz os resultados necessários, embora tenha conquistado evoluções (todas as doações feitas no país, embora às vezes insuficientes diante da demanda, são hoje voluntárias)¹⁹.

Quando lançou sua última campanha na área, em junho de 2014, o Ministério da Saúde apresentou dados que mostram o aumento da demanda por transfusões de sangue, ocasionado pela elevação, entre 2003 e 2013, de 84% no número de transplantes, 619% no número de cirurgias realizadas e 627% no número de atendimentos de emergência¹⁹. À medida que mais estruturas são criadas para oferecer melhores condições de saúde à população, ampliam-se os tratamentos e a expectativa de demanda por transfusão de hemocomponentes.

Ainda de acordo com o Ministério da Saúde, apenas 1,8% da população brasileira doa sangue, quando o ideal é chegar à faixa de 3% a 5% preconizada pela Organização Mundial de Saúde. O objetivo das campanhas e ações empreendidas pelas instituições públicas envolvidas é fazer crescer esse número. É nesse ponto que os veículos de comunicação, principalmente por meio do jornalismo, aparecem como mediadores dos discursos acionados pelos hemocentros públicos e pelo Ministério da Saúde para levar o tema até a sociedade, na busca de um diálogo que provoque o debate e a mobilização em torno da doação de sangue.

Em Juiz de Fora, o contexto em que se desenvolveu a pesquisa tratada neste artigo (de 2010 a 2012) tem como características o fato de o hemocentro local demandar o comparecimento de 150 candidatos à doação

por dia, para atendimento a 64 hospitais, de 30 municípios da região. Esse número chegava a estar 50% abaixo do necessário, especialmente, em períodos marcados por alterações climáticas (chuvas intensas e inverno), proximidade de feriados e férias, além de outros fatores da conjuntura social que contribuíam para a oscilação no número de doadores²⁰. Apesar de muitos indicadores positivos, como o índice de doações espontâneas (cerca de 70%), trata-se de um cenário que não pode dispensar o debate público sobre o tema.

Esfera pública, mídia e mobilização social

Como argumenta Mafra¹⁰, as questões públicas precisam ser colocadas em “conversação” na sociedade para que possam provocar interesse e suscitar o debate necessário. Ele diz que esse debate, realizado em público por sujeitos privados, ocupa o que Habermas³ chamou de esfera pública, um espaço que não tem identificação física unificada, não está ligado a um território e não possui limites institucionais. A mídia, dessa forma, faz parte dos espaços em que se constitui essa esfera pública, definida como “uma rede adequada para comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos”⁴.

Com base nos argumentos de Habermas³⁻⁶, têm-se os meios de comunicação como instâncias que fazem com que o debate e os argumentos necessários à busca do entendimento tenham publicidade e se tornem acessíveis a um maior número de pessoas. A linguagem é reconhecida como a arma que pode ser utilizada pelos seres humanos, de forma legítima, na luta pela emancipação. As questões devem ser problematizadas na esfera pública para que seus fluxos atinjam os canais formais de circulação do poder. A centralidade da razão é, portanto, determinante para o progresso da Humanidade.

Em sua obra *Direito e Democracia*, Habermas³ explica que a esfera pública não é, portanto, um espaço institucionalizado e concreto. Ela se constitui por meio de trocas e fluxos discursivos contínuos entre os indivíduos. Os sujeitos interagem, por meio da linguagem, para discutir questões de interesse comum, defender seus argumentos e posicionarem sua opinião. Desse processo, resulta a ideia de que a sociedade civil pode desenvolver uma opinião pública e influenciar, em certas situações, as decisões do complexo parlamentar.

Desde quando tratou da formação da esfera pública burguesa, como reação ao poder absolutista na Europa, Habermas⁵ deu ao surgimento da imprensa papel protagonista em suas análises, ao lado dos círculos de discussão, formados nos bares e clubes, nas praças públicas, enfim, nos locais onde os indivíduos se reuniam para discutir as questões. Os valores políticos burgueses tinham a imprensa como uma de suas instituições mais importantes de luta. Apesar da visão pessimista que Habermas⁵ desenvolveu sobre a imprensa no momento em que ela entrou em sua segunda fase – a comercial – fato identificado no livro *Mudança estrutural da esfera pública*, seu posicionamento se altera em obras posteriores, conforme observa Marques: Ainda que reafirme os aspectos contraditórios dos meios de comunicação, a produção atual de Habermas define o *sistema dos media* como um espaço marcado por algumas características específicas, tidas como essenciais ao fortalecimento e à manutenção das estruturas deliberativas que fazem parte da dinâmica democrática das sociedades contemporâneas.²¹

Considerando esse papel de mediação assumido pelos veículos de comunicação na sociedade, devem-se observar as colocações de Toro e Werneck¹¹ quando tratam da participação da sociedade em um movimento social. Para eles, o cidadão deve “escolher” participar do movimento. Para que essa escolha aconteça, é preciso “convocar vontades”, e isso deve ocorrer dentro de um princípio de liberdade, em que o sujeito vai decidir individualmente pela participação. O nível de responsabilidade que sente em relação à causa em questão, e o grau em que se acredita capaz de alterar a realidade são fatores que vão influenciar nessa escolha.

Para eles, a participação é entendida como uma necessidade para o desenvolvimento social: o acordo entre os sujeitos pode resultar em uma melhoria pequena, mas esse aprendizado pode evoluir para a

atuação em questões cada vez maiores. “Aprendendo a conversar, a decidir e agir coletivamente, ganhamos confiança na nossa capacidade de gerar e viabilizar soluções para nossos problemas, fundamentos para a construção de uma sociedade com identidade e autonomia.”¹¹

Para Toro e Werneck¹¹, a comunicação para a mobilização tem natureza convocatória, pública, porque convém a todos, e democrática, porque deve valorizar a participação do cidadão. Nesse sentido, Mafra fala do papel assumido pelos meios de comunicação no processo: [...] a mídia tem um papel fundamental nas democracias deliberativas no sentido de ter uma instância privilegiada para gerar visibilidade e, com uma força simbólica considerável, conferir existência pública a temas que antes poderiam não ser problematizados com tamanho alcance e audiência.¹⁰

É fato, como argumenta Mafra¹⁰, que os temas de interesse público devam ser dados à visibilidade, tanto por meio de fatos espetaculares e festivos, capazes de despertar interesse no público, quanto de argumentos e razões que os embasem. Assim, o planejamento de comunicação para um movimento social não deve contemplar apenas ações estratégicas destinadas a gerar visibilidade: “As ações devem vir acompanhadas de razões e argumentos para que possam gerar e sustentar o debate público e a deliberação”. É, portanto, essencial que as pessoas sejam capazes de expor seus argumentos para chegar a acordos consensuais, o que não se resume à simples circulação de informações. Aliás, o termo “conversaço”, por ele utilizado na referência a Braga, pressupõe que haja trocas no processo comunicativo.

As contribuições teóricas de Habermas

A mídia, nas reflexões de Habermas³⁻⁶, é uma instância atuante na esfera pública, capaz de colaborar na formação de opiniões. Os repórteres, que selecionam e formatam as informações, são vistos por ele como atores importantes dessa engrenagem. Mesmo reconhecendo pontos negativos da estrutura midiática sobre o debate público, não deixa de admitir suas contribuições.

De acordo com Habermas⁵, o centro do sistema político é formado por parlamentos, cortes, estruturas administrativas e governo. De suas ações resultam decisões legislativas, programas políticos, opiniões, medidas, etc. Já na periferia desse sistema político, encontram-se notícias, comentários, falas, imagens, filmes, conversas e outras mensagens desordenadas nas quais está enraizada a esfera pública. Esse conteúdo, chamado pelo autor de “opiniões publicadas”⁵, origina-se tanto de atores do centro do sistema político quanto dos que estão na periferia da sociedade civil. A seleção e formatação daquilo que irá tornar-se notícia é feita pelos profissionais da mídia, para servir a grandes audiências.

Habermas³ explica que a esfera pública em sociedades complexas se ramifica em diferentes arenas, originando esferas especializadas (literárias, eclesiásticas, profissionais, etc.), mas sempre acessíveis a públicos leigos. O autor propõe uma classificação das esferas públicas de acordo com a densidade da comunicação, a complexidade organizacional e o alcance. Uma delas seria a esfera pública episódica (bares, cafés, encontros de rua), outra é a esfera pública organizada (encontros de pais, públicos de teatro, congressos de igrejas, reuniões de partidos) e, finalmente, a esfera pública abstrata, produzida pela mídia (leitores, ouvintes e espectadores espalhados globalmente). Todas são porosas, o que permite uma ligação entre elas.

Como atores coletivos, os partidos, as organizações e os repórteres são capazes de gerar influência a partir de uma base própria, pois “coletam informações, decidem sobre a escolha e a apresentação dos programas, controlando de certa forma o acesso aos temas, das contribuições e dos autores à esfera pública dominada pela mídia”³. A pressão da necessidade de seleção de conteúdo confere poder à mídia. Habermas³ afirma, inclusive, que profissionais do sistema dos meios de comunicação, ao lado dos políticos, são imprescindíveis ao funcionamento da esfera pública. Cita também outros atores que aparecem no “palco virtual de uma esfera pública estabelecida”⁵: lobistas, advogados, especialistas, empreendedores morais (vêm dos bastidores da sociedade civil e geram atenção para questões públicas geralmente negligenciadas) e intelectuais. Todos

eles alimentam o discurso produzido pela mídia e influenciam na formação da opinião pública. *Juntamente com os jornalistas, todos eles se juntam para a construção do que chamamos de ‘opinião pública’, embora essa expressão singular somente faça referência a uma opinião pública prevalente entre muitas outras. Tais feixes de questões e contribuições sintetizadas exibem, ao mesmo tempo, o peso respectivo de atitudes favoráveis ou contrárias que eles atraem de várias audiências. [...] As opiniões públicas exercem um tipo de pressão suave na forma maleável do pensamento das pessoas. Esse tipo de “influência política” precisa ser diferenciado do “poder político”, que está ligado a autoridades e permite a tomada de decisões coletivamente vinculantes. A influência das opiniões públicas se espalha em direções opostas, voltando-se tanto em direção ao governo – observando-o cuidadosamente – quanto em direção às audiências reflexivas – junto às quais as opiniões públicas tiveram sua primeira origem.*⁵

Segundo Habermas⁶, a mídia deve absorver as demandas expressas pelos atores centrais, (como políticos, etc.) e pelos atores de base (minorias, movimentos sociais, etc.), tematizando-as em “notícias, reportagens, comentários, conversas, cenas, imagens, shows e filmes de conteúdo informativo, polêmico, educacional ou de entretenimento”. No entanto, ele não ignora o fato de que o discurso produzido pelos profissionais da mídia reflete o pensamento de elites, que buscam influência e interesses próprios. Também não desconsidera o fato de que os veículos são empresas comerciais, que podem utilizar seu poder social em influência e pressão política.

No contraponto ao papel de destaque que atribui aos meios de comunicação na esfera pública, Habermas⁵ diz que nem sempre eles favorecem o processo argumentativo. Ao hierarquizar conteúdos e fontes, eles aplicam filtros e constrangimentos à produção da notícia, que podem gerar rupturas prejudiciais aos processos deliberativos. A dinâmica desses meios, ao selecionar e formatar as mensagens, exerce um poder político e social capaz de influenciar agendas, ativando e enquadrando questões públicas. Ele utiliza autores como Jarren & Dongues, Callaghan & Schnell e Thompson para constatar que repórteres, editores e outros profissionais da mídia não podem se esquivar do exercício do poder, já que precisam selecionar e processar o conteúdo, definindo o que é relevante e intervindo na formação das opiniões públicas. Reconhece, pensando-se na “legitimidade democrática, que o poder dos media permanece todavia, inocente, na medida em que os jornalistas operam dentro de um sistema mediático funcionalmente específico e *auto-regulado*.”

É também por meio desses autores que Habermas⁵ constata a existência de práticas que reforçam o poder da mídia, como a agenda setting, o *priming* e o enquadramento de questões. Ele fala, ainda, da existência de um agendamento dentro da própria estrutura da mídia, pelo qual a imprensa de qualidade nacional posiciona-se como líder de opinião, fazendo com que muitas notícias e comentários por ela publicados se repitam dentro de outros meios de comunicação. Quanto às entradas de pautas externas na mídia, elas provêm especialmente de políticos e partidos, com acesso privilegiado. Os representantes de sistemas funcionais e de grupos de interesse especiais, assim como advogados, também tendem a ter acesso facilitado. Sendo assim, os atores da sociedade civil localizam-se em posição mais frágil no processo. Para o autor, os impulsos da sociedade são, em geral, fracos para transpor o poder da mídia e “despertar em curto prazo processos de aprendizagem no sistema político para reorientar processos de decisão”³.

A distribuição desigual de acesso aos meios não condena, no entanto, para Habermas⁵, a possibilidade de construção comum da opinião pública. O projeto é possível aceitando-se as regras do “jogo certo”, ou seja, o sistema midiático autorregulador deve manter independência perante os sistemas que o rodeiam, estabelecendo “conexões entre a comunicação política desenvolvida na esfera pública, a sociedade civil e o centro do sistema político”. Outra regra é garantir poder aos cidadãos, para que participem dos discursos. A manutenção de uma sociedade civil inclusiva faz com que os discursos não se degenerem em um modo colonizador da comunicação. Outra ponderação do autor é que o fluxo comunicacional para que as demandas da sociedade cheguem ao mundo do sistema se dá não só pela projeção midiática, mas por outros percursos.

Comunicação e saúde: práticas devem priorizar participação social

Como enfatiza Hansen¹², saúde e comunicação precisam caminhar juntas, para dar à comunidade o bem-estar físico, mental e social que a Organização Mundial de Saúde tem como referência. A informação repassada por meio das ferramentas de comunicação é instrumento para dar ao cidadão o conhecimento necessário para que ele possa cuidar de sua saúde. Trata-se da utilização das tecnologias da comunicação em prol da educação em saúde.

Como bem coloca Souza¹³, a população que permanece submetida à desinformação, a uma desmobilização causada pela inconsciência real dos problemas que a acomete, acaba destinada a cumprir um papel passivo no enredo dominante. E pode-se acrescentar, ainda, que, tendo acesso às informações em saúde, o indivíduo adquire condições de exercer o que Palma e Tavares definem como controle social. *Educando a população sobre seus direitos, dando a ela informações sobre sua saúde, estamos ampliando sua consciência sanitária e preparando-a para exercer o controle social sobre as atividades públicas, principalmente no campo da saúde. Como controle social, entendemos a capacidade da sociedade de exercer seu direito à cidadania, detendo o poder de propor e modificar planos, políticas e ações do Estado.*²²

As reformas estruturais na saúde, com o advento do Sistema Único de Saúde (SUS), pressionam por uma nova concepção de comunicação. Um ponto importante abordado por Araújo¹⁶ é que, na saúde, a comunicação tem forte dimensão de educação, já que os cidadãos têm a informação como direito. Se a comunicação na área comercial tem finalidade de persuadir, de divulgar, de valorizar serviços ou produtos, na saúde a comunicação deve ter a finalidade de promover o debate público sobre um tema, disponibilizando aos cidadãos todas as informações necessárias para que tomem suas decisões e participem da formulação de políticas públicas.

A autora defende práticas comunicativas na saúde que se projetem ao encontro dos princípios e diretrizes do SUS. Araújo e Cardoso¹⁶ explicam que, por várias vezes, pode-se afirmar que a comunicação empreendida na saúde caminha na contramão do SUS. Esse último está baseado em pilares de sustentação, representados por seus princípios e diretrizes, e é de se esperar que toda atividade praticada dentro dele esteja apoiada nesses pilares – inclusive a de comunicação. Portanto, elas defendem que os processos comunicativos devem atender aos princípios da universalidade, equidade e integralidade, assim como às diretrizes da descentralização, participação e hierarquização, o que nem sempre acontece, já que alguns modelos comunicativos cristalizados ao longo do tempo acabam prevalecendo.

Ao buscar alinhamento com os princípios e diretrizes do SUS, as ações de comunicação na área da saúde envolveriam, entre outros preceitos: o estabelecimento da comunicação como direito de todos, determinante para que o cidadão possa decidir adotar posturas para a proteção da saúde individual e coletiva; a garantia da existência de múltiplas vozes no processo comunicativo e de atribuição igualitária de importância a todas elas, para que o cidadão possa ser ouvido; o tratamento da informação de forma tal que possa ser apropriada por públicos diversos; e a descentralização dos investimentos em comunicação, para que se possa empreender ações de âmbito local, com maior participação dos cidadãos e considerando sua realidade.

A Influência de um jornal local na formação da opinião sobre a doação de sangue

No trabalho que dá origem a este artigo foram tomados para análise, por meio da *Grounded Theory* (GT)²³⁻²⁴, 17 textos publicados no jornal *Tribuna de Minas*, em Juiz de Fora (MG), nos primeiros semestres de 1991, 2001 e 2011. Foram selecionados apenas os textos que tinham como fonte a Hemominas e como pauta principal a doação de sangue. A coleta foi feita nas edições impressas arquivadas na Biblioteca Municipal Murilo Mendes (Juiz de Fora). Os textos foram fotografados, para permitir leitura e análises posteriores, assim como anexação ao trabalho final (dissertação). A amostra foi considerada satisfatória à

medida que as categorias identificadas foram saturadas, ou seja, novos textos já não permitiam observações diferentes daquelas feitas nas unidades já analisadas.

A primeira observação relevante diz respeito ao número de textos publicados no período pesquisado. No primeiro semestre de 1991 foram três (janeiro, fevereiro e maio). Já em 2001 (janeiro, fevereiro, março e maio), foram seis textos, chegando-se a oito em 2011 (fevereiro a junho). As publicações, em 2001 e 2011, coincidem com ocasiões em que são mais comuns as quedas de estoque de sangue (períodos de férias, proximidade de feriados, início de inverno, períodos de vacinação) ou com eventos e ações organizadas pela Hemominas. Em 1991, quando a demanda por hemocomponentes ainda era menor, os textos não estão ligados à falta de sangue. Apesar de se observar um aumento gradual no número de publicações, há de se considerá-lo pequeno para intervalos de dez anos. A demanda por doadores na região em 2011 já era de 150 por dia. A formação da opinião pública, necessária à mobilização pela causa, seria beneficiada, portanto, com uma maior presença do tema no jornal – o mais antigo do município.

Além do número, há de se ressaltar que, em geral, as notícias sobre a doação de sangue que tinham a Hemominas como fonte eram, em 1991, pequenas, quase sempre editadas em posição não privilegiada na página e sem fotos. Em 2001, cresce o destaque gráfico das matérias, que já aparecem com fotos (três delas – 50%) e tamanhos um pouco maiores. Das seis matérias, duas tiveram chamada na capa do jornal. Das oito notícias de 2011, uma teve chamada na capa e seis (75%) incluíram fotografias, permanecendo a predominância de textos pequenos ou notas.

Sem fazer comparações rigorosas ou sistemáticas, observou-se nas edições pesquisadas, nos três períodos históricos, uma presença forte de outros temas de saúde e que exigem mobilização social e formação de opinião, como o combate à dengue e as campanhas de vacinação. Para ilustrar essa comparação, tem-se que em apenas três meses de 2011, foram 16 matérias sobre dengue, sendo 5 delas presentes nas capas. A doação de sangue precisou dos 18 meses de análise para motivar igual número de textos.

Tendo como fundamento a *Grounded Theory*, foram feitas leituras e releituras sucessivas dos textos até que aflorasse a percepção de pontos (semelhanças e dessemelhanças) que poderiam motivar a categorização dos trechos. Foram os próprios textos que apontaram o que havia de relevante neles, de maneira a conduzir as conclusões do estudo. Sendo assim, chamou atenção a estrutura de construção dos textos: verificou-se, nessa fase, uma repetição das informações contidas nas notícias dos três períodos avaliados, ou seja, apesar do intervalo de dez anos, as matérias seguem sempre um mesmo esquema de construção. Inicialmente, na chamada codificação aberta prevista na *Grounded Theory*, foram destacados 95 trechos significativos dos textos, organizados em três categorias, definidas a seguir: Número de Doadores/Estoque, Ações e Objetivos.

Tendo como fundamento a *Grounded Theory*, foram feitas leituras e releituras sucessivas dos textos até que aflorasse a percepção de pontos (semelhanças e dessemelhanças) que poderiam motivar a categorização dos trechos. Foram os próprios textos que apontaram o que havia de relevante neles, de maneira a conduzir as conclusões do estudo. Sendo assim, chamou atenção a estrutura de construção dos textos: verificou-se, nessa fase, uma repetição das informações contidas nas notícias dos três períodos avaliados, ou seja, apesar do intervalo de dez anos, as matérias seguem sempre um mesmo esquema de construção. Inicialmente, na chamada codificação aberta prevista na *Grounded Theory*, foram destacados 95 trechos significativos dos textos, organizados em três categorias, definidas a seguir: Número de Doadores/Estoque, Ações e Objetivos.

Número de Doadores/Estoque: À exceção de apenas um texto (pequena nota), todos os demais apresentam a questão do *número ou da quantidade* de pessoas que precisam comparecer para doar e do número de bolsas que precisam estar no estoque. Seja esse número positivo, negativo ou um guia (a meta é evitar quedas), ele sempre está presente.

Trechos como os seguintes, extraídos das edições analisadas, estão identificados na categoria: *A média diária de doadores tem ficado em torno de cem, número considerado razoável. O ideal é de 120 a 150, mas ainda não estamos em situação difícil./ Alerta para a necessidade de manutenção do estoque, hoje em*

278 bolsas./ A vacinação contra a febre-amarela já reduziu em 50% o número de doadores de sangue do Hemominas./ De 120 a 130 doações diárias nos períodos normais, a quantidade de bolsas recolhidas caiu para cerca de 60 a 70 por dia./ Cerca de cem doadores procuraram a Hemominas na última sexta-feira, e 18 apresentaram a chamada inaptidão clínica, em função da vacina antiamarílica.

Outras expressões extraídas dos textos e que reforçaram a formulação dessa categoria são: *crece, resultados positivos, aumento de 246%, estoques baixos, doações em queda, esvaziamento, efeito negativo, limites mínimos, índice menor de doações, ampliar as doações, reforçando o estoque, falta sangue, abaixo do ideal, baixa, alerta, ameaça, escassez.*

Ações: As matérias trazem sempre o relato de ações e atitudes tomadas pela Hemominas ou seus parceiros para incentivar a doação. Os trechos são claramente identificáveis e neles predominam os verbos, sempre com a ideia de atuação. São expressões como: *serão realizados trabalhos, serão implementadas, serão criadas novas programações, estão sendo mais rígidos, deverá empreender campanhas de conscientização, novos convênios serão firmados, está convocando, está divulgando, campanha foi deflagrada, deverá participar, lança, é recomendada, adotam ações, manteve os procedimentos já agendados, o Ministério da Saúde anunciou etc.* Nesta categoria, observa-se a presença do SUS, por meio do Hemocentro, subsidiando o processo de estruturação da notícia. Ações e eventos promovidos pela instituição de saúde e repassados à imprensa têm seu papel no fazer jornalístico. A atuação da Assessoria de Imprensa da Hemominas nesse processo, apesar de não detalhado neste artigo, também integrou o trabalho mais amplo de análise, constituindo outra fase da pesquisa.

Objetivos: englobam os trechos relativos à necessidade de promover a doação/mobilizar a população ou de garantir a segurança do sangue. Esse é o momento em que os textos relatam, predominantemente, que os objetivos da Hemominas são a sensibilização da comunidade e a demonstração da importância sobre a doação de sangue. Os trechos dessa categoria parecem ter a missão de justificar a necessidade das doações. Estariam ligados à dimensão argumentativa da comunicação, proposta por Mafra⁸.

Alguns deles estão transcritos a seguir: *Daniela destaca a necessidade as pessoas tornarem a doação de sangue um hábito./ Nosso objetivo é incentivar as pessoas a doarem sangue antes de viajar para aproveitar a folia, explica a coordenadora do Hemocentro [...]/ Ressaltando, então, a importância de as pessoas comparecerem à entidade antes de se imunizarem contra a doença./ A ideia é levar o maior número de doadores aptos aos hemocentros e conscientizá-los da importância de doar sangue./ para orientar a população da importância da doação de sangue, sobretudo em épocas que antecedem os longos feriados./ Bloco do Hemominas desfilou com o objetivo de conscientizar a população./ que os voluntários com tipo RH Negativo façam doações, reforçando o estoque/ O objetivo da ação é incentivar a doação nesta época do ano, quando há uma queda considerável no movimento da fundação (...)/ (...) já impacta no abastecimento dos hospitais, explica./[...] alertando que o baixo estoque de sangue pode comprometer a realização de cirurgias eletivas. /Com o objetivo de mostrar a atual política de sangue e destacar a importância de despertar a consciência da população para o ato de doar.*

Neste ponto, é possível observar criticamente que, fora os quatro textos que trazem o exemplo prático do cancelamento de cirurgias como uma justificativa para a necessidade de doações, os demais demonstram objetivos que se limitam a proclamar a importância do gesto e da participação da população, sem, no entanto, trazer argumentos que embasem as afirmativas. Não são recorrentes citações que descrevam o processo da doação, que expliquem por que um paciente precisa de transfusão (a não ser nas quatro notícias de crise que falam do adiamento de cirurgias), que apresentem detalhes, como o tempo que se leva para doar, as etapas do processo, o processamento do sangue, a história (de interesse humano) de pacientes dependentes do gesto, etc. O cidadão aparece como alguém que deve ser orientado, conscientizado, e não alguém capaz de decidir sobre seu comportamento a partir de um processo argumentativo.

Atém-se aos limites de afirmar a importância da doação, sem demonstrá-la efetivamente. Apenas a apresentação dos critérios de doação é recorrente nos textos, estando presente em 58% deles, com maior concentração em 2011 e ausência em 1991. A carência de fundamentação argumentativa observada a partir da GT encontra-se em desacordo com a proposta defendida por Araújo⁶, que defende um modelo de comunicação e saúde em que as informações sejam repassadas ao cidadão não para determinar seu comportamento, mas para subsidiar seu processo de reflexão e escolhas. Vai também de encontro às discussões de Habermas³ sobre formação da opinião pública, por meio de processos argumentativos e de busca de entendimento.

Partindo-se para a segunda fase de codificação da *Grounded Theory*, denominada axial, deve ser feita a interrelação entre as categorias. No caso do estudo em questão, as relações entre elas emergiram de forma coerente: os textos articulam as informações sobre *número de doadores/estoque/estatísticas e sobre as ações para aumentar esses números, sempre dentro da perspectiva do objetivo de promover ou incentivar a doação*. Tudo parece girar em torno desses últimos, os objetivos. Eles têm uma relação causal com as outras duas categorias: como a doação é importante e precisa ser incentivada, então se realizam ações para aumentar a participação da população ou o estoque de sangue. Essa parece ser a base dos textos produzidos pela imprensa local em Juiz de Fora (Jornal *Tribuna de Minas*). Por tal razão, o *objetivo de promover a doação* poderia ser identificado, a partir da *Grounded Theory*, como a categoria principal ou *core category*.

Essas reflexões iniciais permitiram traçar um panorama geral sobre a forma de veiculação de informações sobre a doação de sangue pela imprensa local. Trata-se de uma estrutura de texto estável nos três períodos históricos (1991, 2001 e 2011), seguindo um formato que pode ser resumido no esquema representado na Figura 1, por meio do qual o tema tem sido apresentado à sociedade para circulação na esfera pública. O tracejado que envolve a representação é uma referência ao fato de ela ser uma entre as várias possíveis dentro da realidade.

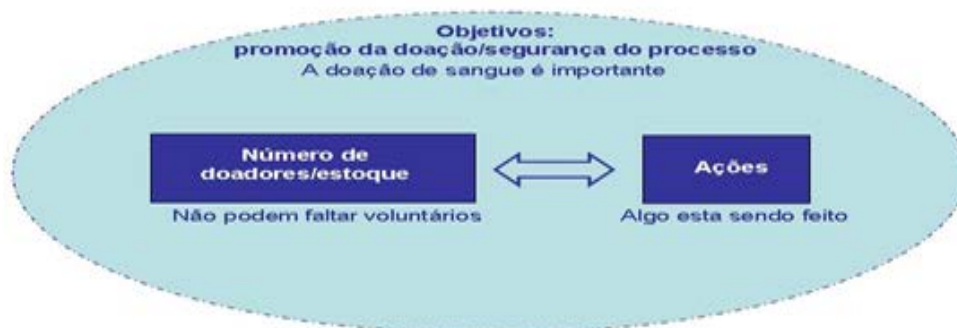


Figura 1: Representação da doação de sangue pelo jornalismo local: esquema produzido a partir da GT. Fonte: Elaboração própria.

Os produtores da notícia: o que jornalistas da cidade sabem e pensam sobre a causa

Conforme admite Habermas⁵, os meios de comunicação selecionam e formatam as mensagens, de forma a influenciar agendas, enquadrando e ativando questões públicas. Nesse processo de publicização das informações, os profissionais da mídia (ao lado dos políticos) são considerados atores determinantes para a formação da esfera política. Jornalistas seriam atores que se juntam aos demais para a construção da opinião pública. Eles exercem uma forma de poder, por selecionarem as informações e as processarem, intervindo ativamente na formação de opiniões públicas. Por essa razão, conhecido o esquema estável pelo qual um jornal de Juiz de Fora divulgou a doação de sangue ao longo do tempo, realizaram-se entrevistas

com jornalistas em atividade na cidade (de diferentes veículos), na tentativa de identificar em suas falas conteúdos que expliquem o enquadramento/estruturação das notícias encontradas na fase inicial.

Foram oito entrevistas, classificadas como qualitativas, individuais e semiestruturadas. Os jornalistas foram identificados por pseudônimos. A primeira conclusão extraída das conversas foi o apoio unânime dos profissionais à divulgação da causa. No conteúdo das entrevistas, há sempre o apoio à causa e à sua divulgação pelo jornalismo, concomitantemente ao apontamento de alguns fatores (restrições) que limitam essa divulgação. Apenas dois entrevistados não mencionaram qualquer tipo de restrição. É importante ressaltar que, para essas constatações, a entrevistadora não fez perguntas específicas aos jornalistas, deixando emergir reflexões espontâneas, geralmente expressas quando se perguntava sua opinião geral sobre a divulgação da doação de sangue pela imprensa ou quando se indagava sobre os fatores inerentes à estrutura jornalística que seriam impeditivos para uma maior divulgação da pauta.

As manifestações de apoio foram muito fortes e sempre espontâneas, aparecendo em trechos que, de maneira geral, defendem a divulgação constante, enfatizando a *“prestação de serviço”*, *“a utilidade pública”*, *“a função social” da imprensa*, *a necessidade de “noticiar para lembrar sobre a causa”*, *a necessidade de “informar para mobilizar”*, *de “ajudar as pessoas”*. Esses últimos conteúdos foram mais frequentes, mas aparecem também trechos que manifestam o apoio com base em argumentos como o *“retorno de imagem que a divulgação da causa traz para o próprio veículo”* e a atenção ao *“atendimento a um gosto do próprio público”*. Todos esses temas constituíram subcategorias à categoria apoio à divulgação.

Já entre as restrições que aparentemente podem limitar o número ou o destaque das notícias relativas ao tema estão, principalmente, com alta presença, os trechos que falam da excessiva repetição de argumentos e informações, classificados na subcategoria *Necessidade de diversificação das matérias e abordagens*. Para os entrevistados, a apresentação recorrente dos mesmos dados pode gerar desinteresse ou dispersão do receptor. Eles falam da necessidade de buscar dados, informações, análises diferentes, novas formas de abordar e de atrair, de *“contar a mesma história de outro jeito”*, de humanizar os relatos. É destaque a fala da profissional Jaff, quando diz *“Éeee... mas às vezes eu sinto falta de ter alguma coisa que eu possa dar uma matéria maior, entendeu? Que eu possa dar mais destaque, sabe? Então eu acho que isso, isso atrapalha um pouco.”*

A profissional Jana também cita a repetição: *“Até é engraçado porque aqui eu vejo que a gente não muda muito o jeito de fazer matéria, porque acabaram as ideias já nossas, né? Então é sempre aquele mesmo tipo de matéria.”* Um dos profissionais, Jínco, chega inclusive a apontar essa repetição como um fator de prejuízo na atração do público receptor. *“Eu acredito que... falar sobre doação de sangue, dependendo do que você falar, você joga a atenção da nossa plataforma TV para uma internet, pra um impresso...”*. Com base em suas observações, esse profissional defende que as informações sejam noticiadas, mas de forma mais restrita, como notas, e não como reportagens ou entradas ao vivo.

Outros fatores que poderiam ser considerados como restrições à maior divulgação e que aparecem também no conteúdo das entrevistas são o baixo número de integrantes da equipe na redação - o que dificulta uma maior exploração de novas pautas e o aprofundamento na apuração - e a falta de espaço (físico no caso do veículo impresso, e de tempo no caso da TV) e limitações em função das prioridades das editorias. Também é citada a grande oferta de informações sobre os mais diversos assuntos. *“A gente tinha mais papel antes, a gente tinha menos assuntos para tratar todos os dias. Hoje é uma coisa atrás da outra.”, argumenta.*

Outro ponto citado, que também integra as restrições à divulgação, seria a *falta de estímulo das instituições responsáveis* (hemocentros). Um dos entrevistados diz que o governo faz mobilizações pontuais, o que prejudica a formação de cultura e à amplificação da cobertura.

Portanto, considerando presenças e ausências, verifica-se que o apoio à divulgação está presente em 100% das entrevistas, e a menção de restrições a essa divulgação aparece em 75% dos casos. Esses números

permitem a inferência de que, apesar de o tema ser muito bem aceito pelos profissionais, é real a ocorrência de fatores no meio de produção da notícia que impedem a intensificação e a diversificação da divulgação. Neste ponto, estabelece-se a primeira relação com os resultados alcançados pela GT: os profissionais manifestam a percepção empírica do que é a estrutura estável e recorrente na formulação das notícias sobre doação de sangue (conforme apurado na GT) e essa característica foi enquadrada como uma restrição à maior divulgação.

Uma segunda observação importante foi o fato de, após a proposta da pesquisadora para que explorassem outros possíveis conteúdos para enriquecer as matérias, eles acabaram identificando outras perspectivas de divulgação. Essas novas possibilidades foram enquadradas na *categoria conteúdos valorizados após reflexão*. Alguns entrevistados chegaram a afirmar que acabavam de ter ideias para pautas diferentes das convencionais a partir da própria entrevista. Os conteúdos que surgiram em meio às reflexões foram: a questão da necessidade da transfusão (quem precisa), números e estatísticas que pudessem enriquecer as matérias, o processo de fracionamento do sangue e a possibilidade de o doador ajudar mais de um paciente por uma única doação, a indicação de personagens, o motivo das restrições (critérios que geram inaptidão), o perfil do doador, formas de gerar comoção das pessoas, as informações sobre o destino das bolsas colhidas em outra cidade, a explicação sobre por que o doador de qualquer grupo sanguíneo pode ajudar, o retorno sobre o desfecho de casos específicos divulgados (pedidos para pacientes específicos).

Como resumiu Jinco, *“talvez o que falta seja humanizar os relatos, mostrar a ponta, as pessoas que foram beneficiadas. Doar tem um resultado final, que não é uma geladeira cheia ou vazia. Estatísticas positivas podem motivar”*. Enfim, por essa relação de conteúdos que foram aparecendo nas falas dos profissionais – e que não são tão frequentes nas matérias veiculadas – percebe-se que a possibilidade de diversificação argumentativa é real.

A terceira constatação possível é que o nível de conhecimento apresentado pelos profissionais acerca da doação e seus processos é limitado, apesar de todos já terem produzido matérias sobre o assunto. A maioria demonstra incerteza quanto às informações, mas têm noção geral de que existem critérios envolvendo idade, peso, alimentação, realização de exames. São citados como empecilhos à doação a tatuagem, a hipertensão, o uso de drogas, doença de chagas, doença infecciosa e inexistência de um parceiro fixo. A mudança da portaria que permite a doação por menores com 16 e 17 anos também é lembrada. Sabem que o processo envolve algumas etapas, mas poucos sabem descrevê-las. Lembram-se prioritariamente da entrevista e do lanche. As informações que possuem geralmente estão incompletas ou até equivocadas: *Tem a questão de peso, por exemplo, eu não me lembro de quanto a quanto... eu sei que passa pela triagem, enfim, eu sei que passa por alguns passos, mas se eu tiver que explicar detalhadamente, não sei”* (Jade)/ *“Que vão ser feitos alguns testes no seu material, que esses testes depois vão ser devolvidos a você caso você tenha algum problema. Inclusive, isso é uma maneira também de as pessoas constatarem se estão em boa saúde”* (Jaff)/ *“Eu sei que não pode ter tido hepatite, nunca na vida”* (Jana)/ *“Bem, eu, pra falar a verdade, eu não sei muita coisa não. Eu sei que a doação de sangue é pra, se doa, não sei a quantidade, pra determinado tipo de pessoa que está precisando”* (Jorílio).

Nas reflexões de poucos entrevistados aparece espontaneamente alguma fala sobre a necessidade transfusional, mesmo assim, de forma muito superficial. Na maior parte das vezes, a informação precisa ser requisitada dentro da questão que interroga sobre os conhecimentos que o profissional tem sobre a doação de sangue. *Eu sei é que o sangue é para as pessoas principalmente que estão em hospitais e precisam de alguma transfusão./[...] Então já tem um pouco dessas pessoas fixas, né, que precisam dessa transfusão, e tem também a questão dos acidentes, né (Jadia)“/ “Mas quando eu penso em doação de sangue, eu penso mais em acidente, essas coisas. Vêm à minha cabeça mais questões de urgência do que de doenças”(Jansy)./ (...) É alguém que precisa: o pessoal que às vezes tem problema de rins, eu não sei, que tem problema para filtrar o sangue ou que perdeu muito sangue. (Jorílio).*

É relevante destacar que, após os profissionais manifestarem desconhecimento sobre determinada questão proposta, com frequentes “não sei, que vergonha!”, a pesquisadora forneceu-lhes as explicações e, quase sempre, eles mostravam-se surpresos, chegando a afirmar: “*Isso eu não sabia. E é bacana a gente informar isso, pra falar ‘olha, você tá ajudando mais de uma pessoa’, né?*”. (Jadia). Em vários casos eles manifestaram, de forma espontânea, a intenção de transformar as explicações em sugestões de pauta. Por essas constatações, é possível inferir que a limitação do conhecimento do profissional de imprensa sobre o tema acaba restringindo os pontos que ele vai priorizar na apuração, o que também determina a produção de matérias sempre muito parecidas. O ponto predominante de conhecimento são os critérios (mesmo que com limitações) e a falta sazonal de doadores. São também os primeiros que aparecem como prioridade de apuração.

Considerações finais

Os resultados mostram que o jornalismo local – representado pela *Tribuna de Minas* - incluiu a doação de sangue em suas pautas ao longo do tempo de atuação do hemocentro na cidade. No entanto, essa presença mostrou-se baixa, se comparada a outros temas de saúde pública. A estrutura de apresentação das notícias privilegiou a recorrência de informações, sem a diversificação de argumentos que pudessem enriquecer o debate na esfera pública.

No esquema estável de apresentação das notícias, há a presença de trechos que enfatizam o objetivo de promover a doação, de sensibilizar a população, de mobilizar, de afirmar a importância da causa. Entretanto, esses trechos não incluem argumentos que possam subsidiar o processo reflexivo do público. É preciso mobilizar, participar, doar, e reconhecer a importância da doação por quais motivos? Essa pergunta fica sem resposta na maioria dos textos, exceto naqueles que citam a possibilidade de cancelamento de cirurgias por falta de sangue. Mas quais seriam todas as situações do dia a dia em que as pessoas precisam da transfusão? Quem são essas pessoas? De onde são? Como funciona detalhadamente o processo de doação? Todas são questões cujas respostas poderiam resultar em argumentos.

Se, para Habermas³, a formação do entendimento e do consenso sobre determinado tema que circula na esfera pública é um processo fluido, que adquire contornos nos decorrer de um espaço de tempo; e se a mídia é uma instância atuante na esfera pública com a potencialidade de dar publicidade a esses temas, os resultados deste trabalho mostram que a doação de sangue poderia ter adquirido maior visibilidade ao longo dos 20 anos, o que geraria, possivelmente, novos contornos para a formação da opinião pública em torno da causa e, conseqüentemente, novos resultados para os processos de mobilização da sociedade civil.

A pouca representatividade da causa e a baixa incidência de argumentos também podem ser confrontadas com as ideias de Araújo¹⁵⁻¹⁶, que defende um modelo de comunicação e saúde em que as informações sejam repassadas ao cidadão não para determinar seu comportamento, mas para subsidiar seu processo de reflexão, decisões e escolhas. A equidade, como princípio do SUS que deveria estar presente nas ações de comunicação da saúde pública, não é explorada nos textos jornalísticos. Para haver apreensão e julgamento da mensagem por diferentes públicos, seria importante haver diferentes níveis de argumentação, o que não ocorre.

Ao analisar o processo de produção da notícia, por meio da conversa com jornalistas da cidade, ficou evidente que, mesmo apoiando a seleção do tema doação de sangue como pauta, eles esbarram em constrangimentos do fazer jornalístico que seriam limitadores a uma maior divulgação. Um desses empecilhos, no entanto, seria a percepção de que não haveria muito o que dizer, de que as informações são muito repetitivas, contrariando a lógica da imprensa de trabalhar com o valor-notícia da novidade. As constantes baixas nos estoques tornam os textos muito parecidos e a ausência de dados novos prejudica a ampliação da visibilidade do tema.

Ao mesmo tempo, os profissionais demonstraram certo desconhecimento de informações que poderiam dar origem a novos argumentos para os textos, o que sugere que o fluxo de informações que vai de uma

instituição que ocupa o centro do sistema político (o hemocentro/SUS) aos veículos de comunicação pode aperfeiçoar-se, de maneira a promover o conhecimento necessário a novos olhares. É verdade que outros limitadores, como a agilidade da produção da notícia e o pequeno número de profissionais nos veículos, continuarão a influenciar a representatividade da doação nas edições dos jornais. Também o fluxo comunicacional que parte de membros da sociedade civil pode ser melhor captado pelo jornalismo, aumentando a pluralidade de vozes presentes nas abordagens sobre a doação de sangue.

À luz de Habermas, as análises identificam a forma como a doação de sangue esteve inserida na esfera pública em Juiz de Fora por meio do trabalho de um jornal impresso. Embora a causa circule na esfera pública também pelo conteúdo publicado por outros veículos e instituições, assim como por outros fluxos de comunicação, os resultados são importantes porque dão indícios de pontos que podem ser aperfeiçoados para a promoção de um debate mais intenso do tema, que é de interesse público. A garantia desse aperfeiçoamento, no entanto, não partirá apenas de novas posturas do veículo de comunicação (que pode buscar a inovação e a inclusão das vozes sociais nos textos), mas também dos hemocentros (que alimentam a esfera pública com informações oficiais, técnicas e especializadas). Por isso, as assessorias de imprensa dessas instituições ligadas ao SUS também têm seu papel a cumprir, com a missão de tornar ágil e completo o acesso à informação pelos jornalistas. Esse aspecto foi considerado pelos pesquisadores em fase seguinte do trabalho, não tratada neste artigo.

Referências

1. Silva AEFA. A representação da doação de sangue em Juiz de Fora: interface entre assessoria de imprensa, jornalismo local e cidadãos. [dissertação]. Juiz de Fora: Faculdade de Comunicação Social da Universidade Federal de Juiz de Fora; 2013.
2. Oliveira LF. As manchetes na história da Tribuna de Minas / Juiz de Fora – MG. In: Anais do 28 Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação; 2005 set. 5-9; Rio de Janeiro, Brasil. São Paulo: Intercom; 2005. 13p. [citado 15 maio 2015]. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/142942587485891836485365395138343351106.pdf>
3. Habermas J. Direito e democracia: entre facticidade e validade. Vol II. Siebeneichler FB, tradutor. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; 1997.
4. Habermas J. Mudança estrutural da esfera pública. 2. ed. Kothe FR, tradutor. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; 2003.
5. Habermas J. Comunicação política na sociedade midiática: o impacto da pesquisa normativa na pesquisa empírica. Líbero; 2008 jun; 11(21):9 -20.
6. Habermas J. Political communication in media society: does democracy still enjoy an epistemic dimension? The impact of normative theory on empirical research. *Communication Theory* 2006;16:411-426.
7. Henriques MS. Comunicação e Estratégias de mobilização social. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica; 2007.
8. Henriques MS. O desafio da comunicação para a mobilização social na sociedade democrática. In: IX Encontro Regional de Comunicação; 2006; Belo Horizonte, Brasil.
9. Henriques MS. Comunicação, comunidades e os desafios da mobilização social. In: Anais do XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação; 2005; Rio de Janeiro, Brasil. São Paulo: Intercom, 2005. 14 p.
10. Mafra R. Entre o espetáculo, a festa e a argumentação: mídia, comunicação estratégica e mobilização social. Belo Horizonte: Autêntica; 2006.
11. Toro JB, Werneck NMD. Mobilização social: um modo de construir a democracia e a participação. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal, Secretaria de Recursos Hídricos, Associação Brasileira de Ensino Agrícola Superior – ABES, UNICEF; 1996. [citado 20 mai 2015]. Disponível em: http://www.aracati.org.br/portal/pdfs/13_Biblioteca/Publicacoes/mobilizacao_social.pdf
12. Hansen JH. Como entender a saúde na comunicação. São Paulo: Paulus; 2004.

13. Souza HJ. Informação pela informação não basta. In: Lopes Filho B; Nascimento J, organizadores. Saúde e imprensa: o público que se dane. Rio de Janeiro: MauadX; 1996.
14. Reis SMR. Comunicação em saúde: variáveis que interferem na recepção da mensagem. In: Boletim do Instituto de Saúde, vol 12, n. 1, 2010. São Paulo: Secretaria de Estado de Saúde de São Paulo; 2010. [citado 12 dez 2014] Disponível em: <http://www.saude.sp.gov.br/instituto-de-saude/producao-editorial/boletim-do-instituto-de-saude>
15. Araújo IS, Cardoso JM. Comunicação e saúde. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2007.
16. Araújo IS. Comunicação e Saúde. In: Martins CM, Stauffer AB (Orgs.). Educação profissional e docência em saúde: a formação e o trabalho do agente comunitário de saúde. Rio de Janeiro: EPSJV / Fiocruz; 2007.
17. Pimentel MA. A questão do sangue: rumos das políticas públicas de hemoterapia no Brasil e no exterior. [Tese] - Instituto de Medicina Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro; 2006.
18. Junqueira PC, Rosembli J, Heomerschalak N. História da Hemoterapia no Brasil. Revista Brasileira de Hematologia e Hemoterapia 2005 jul/set; 27(3). [citado 15 jun 2014]. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbhh/v27n3/v27n3a13.pdf>
19. Brasil. Ministério da Saúde. Ministério da Saúde lança nova campanha de doação de sangue. Portal da Saúde/SUS 2014 jun 13. [citado 20 jun 2014] Disponível em: <http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/cidadao/principal/agencia-saude/13355-ministerio-da-saude-lanca-nova-campanha-de-doacao-de-sangue>.
20. Fundação Hemominas. Estatísticas do setor de Captação de Doadores do Hemocentro Regional de Juiz de Fora. Juiz de Fora, MG: Hemominas; 2012.
21. Marques ACS. Os meios de comunicação na esfera pública: novas perspectivas para as articulações entre diferentes arenas e atores. Líbero 2008 jun;11 (21):23-36.
22. Palma MAM, Tavares TCA. Perguntar não ofende. o cientista agradece. In: Lopes Filho B; Nascimento J, organizadores. Saúde e imprensa: o público que se dane. RJ: MauadX; 1996.
23. Bandeira-de-Mello R, Cunha CJCA. Grounded Theory. In: Godoi CK et al, organizadores. Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos. 2. ed. São Paulo: Saraiva; 2010. p. 241-266.
24. Tarozzi M. O que é a Grounded Theory? Metodologia de pesquisa e de teoria fundamentada nos dados. Lussi C, tradutora. Petrópolis, RJ: Vozes; 2011.